



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

RESOLUÇÃO

Melhorar as condições de trabalho Eliminar abusos e ilegalidades nos horários

A FENPROF, desde há muito e perante vários governos, tem identificado junto do Ministério da Educação (ME) problemas de grande gravidade que se prendem com deficientes condições de trabalho dos professores e educadores. Neles se incluem os que decorrem da desregulação, dos abusos e das ilegalidades na organização dos horários de trabalho, assim como de inapropriadas exigências funcionais colocadas aos docentes. A FENPROF tem apontado esses problemas, tem intervindo sobre eles e, persistentemente, tem formulado propostas para os resolver.

Não há como desvalorizar as questões das condições de trabalho e dos horários, mas é o que continua a acontecer, de forma deliberada, por parte do governo e da tutela da Educação. A melhoria das condições de trabalho – horários e outras – é fundamental para que os docentes possam exercer com êxito a sua profissão, como desejam e deles se espera; é indispensável para garantir as aprendizagens das crianças e dos alunos, incluindo toda a sua diversidade e desenvolvendo as potencialidades de cada um; é decisiva para combater – o que é irresponsável não fazer – o cansaço e a exaustão emocional dos docentes; é importante para corrigir o caminho de desvalorização da condição docente e de perda de atratividade da profissão que põe em causa o próprio futuro da Escola Pública e da Educação Democrática e de Qualidade em Portugal.

A recusa do ministério da Educação, presumivelmente, com o aval do governo, em negociar e resolver os problemas de condições de trabalho, incluindo dos horários, também se explica pelas opções políticas que perpetuam o investimento insuficiente na educação e no ensino. Neste quadro de opções políticas, as melhorias de condições de trabalho e de aprendizagem são vistas pelo governo como dispensáveis aumentos de despesa e não como investimentos imprescindíveis na qualificação das respostas educativas e formativas; a intensificação da exploração dos docentes, desde logo pela sistemática ultrapassagem de limites nos seus tempos de trabalho e pela manipulação de que as suas componentes são alvo, é um meio para conter e reduzir gastos com o trabalho docente, o que, visivelmente, continua a ser a escolha do governo.

A FENPROF entregou, recentemente e já por quatro vezes (!), à atual equipa ministerial, uma proposta fundamentada sobre HORÁRIOS E OUTRAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, a última das quais a 16 de abril. O ME continua a mostrar-se incapaz e ou indisponível para o diálogo e a negociação; continua a desrespeitar os docentes e a desvalorizar os seus problemas; continua a ignorar a lei da negociação coletiva e a revelar uma perturbadora

pequenez democrática... E, assim sendo, os problemas não só se mantêm, como se agravam, agravando-se também as suas consequências.

Neste contexto, os professores e educadores participantes na Ação de Luta promovida pela FENPROF, com organização do SPRC, junto ao Centro Cultural de Belém, sob o lema “Melhorar as condições de trabalho; Eliminar abusos e ilegalidades nos horários” reiteram as propostas já apresentadas pela FENPROF, entre elas:

- A diminuição da componente letiva dos horários de trabalho;
- O respeito rigoroso pelo tempo de trabalho a nível individual;
- O abono de serviço docente extraordinário em todos os casos em que o horário semanal ou as suas componentes forem ultrapassados, contribuindo para evitar abusos e valorizando o trabalho e a dedicação dos docentes;
- A bonificação horária do serviço prestado após as 19 horas;
- A consideração do carácter letivo de todas as atividades diretas com os alunos, decorram dentro ou fora da sala de aula, sejam do estrito âmbito curricular ou não;
- A redução da componente letiva para o exercício de todos os cargos de natureza pedagógica;
- A limitação do número de tempos letivos diários, bem como da prestação de serviço em cada dia;
- A restrição do número de disciplinas, níveis, programas e turmas atribuíveis a cada docente;
- O desdobramento de turmas, desde logo nas disciplinas de línguas estrangeiras ou com componente laboratorial ou oficial;
- A consagração e o efetivo respeito por limites máximos para o trabalho exigido ao nível da componente não letiva de estabelecimento;
- A assunção, de forma séria, como tarefas da componente não letiva de estabelecimento, nomeadamente de reuniões e da participação em estruturas pedagógicas e órgãos de administração e gestão, atendimento a pais e encarregados de educação, atividades dos projetos educativos, tarefas do âmbito da educação especial e realização de formação contínua;
- A revisão do mecanismo de redução da componente letiva por idade e tempo de serviço, quer nos ciclos com monodocência, quer nos restantes, de forma a que seja cumprido o seu objetivo de proteção do desgaste físico e psicológico, o que implica, também, a conversão dessas horas em tempo de componente não letiva para trabalho individual.

Não menos importante, os professores e educadores presentes subscrevem as propostas apresentadas pela FENPROF que visam alterações essenciais de outras condições de trabalho, tais como:

- A redução do número de crianças ou alunos por turma;

- O respeito por rácios de docentes da educação especial, tendo em conta, também, as situações dos alunos a acompanhar;
- A criação de equipas multidisciplinares nas escolas e agrupamentos;
- A colocação de auxiliares de ação educativa em número suficiente;
- A melhoria das condições e recursos materiais dos estabelecimentos de educação e ensino;
- A constituição de comissões de saúde e segurança no trabalho nas escolas e agrupamentos e a salvaguarda de condições para o seu funcionamento;
- O respeito pelas determinações relativas ao teletrabalho, designadamente no que toca à responsabilidade pelos meios e despesas necessários à sua realização;
- A redução das tarefas burocráticas que ocupam parte significativa da atividade dos docentes, sobrecarregando-a e retirando disponibilidade para o efetivo trabalho docente.

Os professores e educadores afirmam que é tempo de agir para mudar e, perante o bloqueio ao diálogo e à negociação coletiva que tem sido forçado pelo governo, exigem ao ministério da Educação a abertura de negociações que permitam encontrar soluções para os problemas que se vivem nas escolas e na profissão docente; exigem ao governo que, a manter-se a atitude antidemocrática dos responsáveis do ME, atue em conformidade com o seu habitual discurso de valorização do diálogo social.

Lisboa, 20 de maio de 2021

Os professores e educadores presentes
na concentração convocada pela FENPROF